

PLANO DE AÇÃO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL 2011-2015

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Decisões Nº 07/91, 01/95, 18/98, 15/01, 18/04, 28/04, 33/04, 05/06, 24/08, 05/11 e 06/11 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que é necessário aprofundar as políticas educacionais que promovem uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito a democracia e os direitos humanos.

Que os Estados Partes do MERCOSUL e os Estados Associados reafirmaram seu compromisso com uma educação de qualidade para todos, com atenção especial os setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça, inclusão social e respeito à diversidade cultural dos povos.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1º.- Aprovar o Plano de Ação do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) para o período 2011-2015, que figura como anexo e faz parte da presente Decisão.

Art. 2º - Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

XLI CMC – Assunção, 28/VI/11

ANEXO

PLANO DE AÇÃO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL 2011-2015

a. VISÃO

Ser um espaço regional onde se prevê e garante uma educação com equidade e qualidade, caracterizada pelo conhecimento recíproco, a interculturalidade, o respeito à diversidade e à cooperação solidária, com valores compartilhados que contribuem para a melhoria e democratização dos sistemas educacionais da região e oferecer condições favoráveis para a paz, por meio do desenvolvimento social, econômico e humano sustentável.

b. MISSÃO

Formar um espaço educacional comum, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região.

c. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PLANO

O presente Plano será desenvolvido de acordo com uma série de princípios, que estarão presentes em todos os níveis e na aplicação de suas linhas estratégicas.

São reconhecidos como princípios orientadores:

1. **Confiança:** é peça fundamental das relações. Esta atitude constitui um elemento essencial para fortalecer o vínculo entre os países. O conhecimento mútuo e uma relação de trabalho fluida permitem desenvolver um marco de certeza e segurança que favorecem o desenvolvimento das atividades e potencializam futuros programas conjuntos.
2. **Respeito e consenso:** as ações do SEM são baseadas em acordos internacionais que estabelecem a busca do entendimento e a mútua conveniência. Isto implica atitudes de respeito e compromisso. De respeito aos processos e políticas educacionais nacionais e de compromisso responsável na busca de acordos a aplicação dos mesmos.
3. **Solidariedade:** a aplicação do presente Plano poderá ser realizada com base na iniciativa de cada país e no apoio solidário com aqueles países que, em certas condições particulares, não possam cumprir total ou

29/2

parcialmente com algum projeto ou alguma atividade que seja de seu interesse. Este princípio permitirá dar continuidade às ações no marco de situações adversas pelas quais os países venham atravessar.

4. **Cooperação:** as ações do SEM serão acordadas tendo em conta as diferenças e assimetrias. O intercâmbio, a assistência técnica e a cooperação entre os sistemas educacionais serão favorecidos, uma vez que os mesmos propiciam as condições para o resultado exitoso das ações apresentadas.
5. **Impacto:** as ações deverão ser coerentes com o alinhamento estratégico, integradas em todos os níveis e modalidades, emergindo da realidade e com impacto na sociedade. As mesmas deverão ser vinculadas com as políticas educacionais nacionais.

O Plano deverá prever ações que tenham consequências concretas nos sistemas educacionais dos países, tendo os centros educacionais como os principais destinatários de suas ações.

Nesse sentido, é preciso reconhecer o papel que cumpre a dimensão local de cada país.

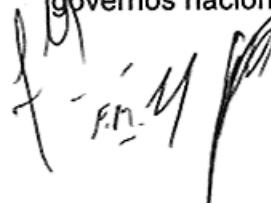
6. **Difusão e visibilidade:** é imprescindível que as realizações do SEM (acordos, projetos e instrumentos de ação permanentes) tenham maior difusão. Nesse sentido será fundamental e estratégico construir uma relação sustentável e fluida com os meios de comunicação. Além disso, é necessário desenvolver estratégias que favoreçam o uso contínuo da página web do SIC e assegurar sua atualização.

A visibilidade do SEM e de suas ações não devem ser reduzidas a uma simples comunicação à opinião pública ou à difusão dos acordos assinados. Também é necessário que os Ministérios utilizem as ferramentas para a divulgação de suas ações entre os atores dos sistemas educacionais.

7. **Gradualidade:** a realização do Plano deverá seguir uma dinâmica que contemple a autonomia dos países e os ritmos de cada sistema educacional, de forma a permitir a aplicação real dos acordos.

Este elemento deverá ser considerado na hora de promover a integração dos diferentes países aos projetos ou ações acordadas. Cada país deve ter plena liberdade de integrar-se aos diferentes âmbitos, comissões ou ações que se empreendam, explicitando sua intenção em cada caso para evitar o atraso desnecessário das ações ou projetos planejados e de acordo com as normas vigentes no MERCOSUL.

8. **Diálogo e interação:** as ações derivadas do Plano deverão promover o diálogo e a interação do SEM com outros atores tanto no âmbito do MERCOSUL, UNASUL, e outros blocos regionais, bem como com os governos nacionais, locais e a sociedade civil.



203

É necessário que o SEM, no âmbito do MERCOSUL, aprofunde suas relações com outros espaços de negociação e resolução de maneira que os acordos emanados das reuniões de seus Ministros possam ter efeito nas negociações multilaterais das quais o MERCOSUL participa.

Também é necessário aprofundar as relações com outros organismos internacionais para compartilhar pontos de vista e favorecer a convergência de objetivos e perspectivas.

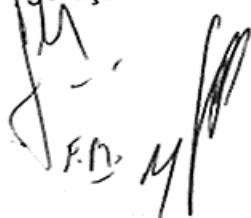
Nesse sentido cabe enfatizar a articulação dos compromissos assumidos na XX Cúpula Iberoamericana para abordar os principais desafios educacionais da região, o Programa "Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários", e canalizar as iniciativas das agências de cooperação multilateral para o seu cumprimento.

A interação e o diálogo com atores da sociedade civil em geral deve ser um ponto de referência para as ações do SEM no sentido de que a educação é um fenômeno social. As organizações da sociedade civil desempenham um papel importante para o cumprimento dos objetivos estratégicos do SEM.

d. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Contribuir para a integração regional acordando e executando políticas educacionais que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente;
2. Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo;
3. Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para a melhoria dos sistemas educacionais;
4. Promover e fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, estagiários, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais; e
5. Acordar políticas que articulem a educação como um processo de integração do MERCOSUL.

Deve-se destacar que estes objetivos estão em consonância com as metas gerais 1^a a 11^a do Programa "Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários".



e. LINHAS ESTRATÉGICAS

- 1) Contribuir para a integração regional acordando e executando políticas educacionais que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.

- 1.1 Promoção de ações para a consolidação de uma consciência cidadã favorável ao processo de integração regional.
- 1.2 Fomento de programas que proporcionem o fortalecimento das zonas de fronteira e a construção de uma identidade regional.
- 1.3 Desenvolvimento de programas de formação e reflexão em torno da cultura da paz, respeito à democracia, aos direitos humanos, memória histórica e ao meio ambiente.
- 1.4 Promoção e difusão dos idiomas oficiais do MERCOSUL.

- 2) Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo.

- 2.1 Desenvolvimento de programas para melhorar a equidade e a qualidade da educação nos países do MERCOSUL.
- 2.2 Promoção das iniciativas e ações em consonância com os objetivos da Educação para Todos e Objetivos do Milênio.
- 2.3 Promoção de programas de valorização e formação de professores, tanto inicial quanto contínua.
- 2.4 Fomento de iniciativas para o tratamento de outras áreas e modalidades educacionais (educação infantil, educação de adultos, não-formal, à distância, etc.), que permitam alcançar uma educação para todos ao longo da vida.
- 2.5 Incorporação de novas tecnologias à educação para melhorar a qualidade e promover a inclusão social.
- 2.6 Fortalecimento dos vínculos entre educação e sistema produtivo.

3. Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para a melhoria dos sistemas educacionais.

- 3.1 Promoção do conhecimento recíproco das políticas educacionais nacionais com vistas a sua concertação.
- 3.2 Estimular pesquisas que permitam compreender melhor a realidade educacional da região.
- 3.3 Organização e fortalecimento de redes (institucionais e acadêmicas) que facilitem o intercâmbio de informação e de experiências educacionais para assegurar as capacidades nacionais e contribuir para a diminuição das assimetrias.
- 3.4 Promoção e fortalecimento de núcleos educacionais e centros regionais de excelência.

3.5 Intercâmbio de conhecimentos e transferência de tecnologias a partir dos pontos fortes e complementaridades existentes.

4. Promover e fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, estagiários, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais

4.1. Garantia e consolidação do direito à educação no âmbito do processo de integração regional mediante o reconhecimento e a equiparação de estudos.

4.2 Fortalecimento e manutenção de programas de mobilidade de estudantes de graduação na região.

4.3 Promoção e incentivo a novas iniciativas para a mobilidade dos distintos atores dos sistemas educacionais na região.

4.4. Fomento a iniciativas de intercâmbio de docentes e estudantes dos centros de educação alternativa ou não-formal.

5. Acordar políticas que articulem a educação como um processo de integração do MERCOSUL.

5.1. Coordenação e articulação com as diferentes instâncias do MERCOSUL para o tratamento de temas distintos.

5.2. Seguimento, vigência e aplicação dos acordos alcançados.

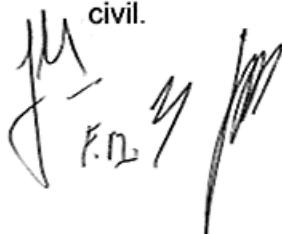
5.3. Promoção de uma formação específica para a integração.

5.4. Coordenação e articulação de programas com espaços e comunidades locais.

5.5. Visibilidade e divulgação dos resultados e benefícios da integração educacional.

5.6. Consolidação organizacional e financeira do SEM no marco institucional do MERCOSUL.

5.7. Fortalecimento do relacionamento com os diversos atores da sociedade civil.



f. PLANO OPERATIVO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	AÇÕES	PERÍODO	RESULTADOS
1. Contribuir para a integração regional acordando e executando políticas educacionais que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.				
Comitê Coordenador Regional – CCR				
A. Divulgar o processo de integração regional e os avanços em matéria educacional por meio de ferramentas de comunicação diversas.	A.1. Utilizar ferramentas que agilizem o acesso à informação referente aos acordos, ações e documentos aprovados pelo SEM.	<p>A.1.1. Atualizar, publicar e difundir acordos, normas, publicações do SEM, entre outras.</p> <p>A.1.2. Promover ações que permitam otimizar a funcionalidade do SIC, garantindo a disponibilidade de informação atualizada e a facilidade de acesso às mesmas por parte dos usuários.</p> <p>A.1.3. Articular com a Secretaria do MERCOSUL (SM) e demais instâncias, o fluxo para o fornecimento de publicações que farão parte do acervo digital da base de dados do SEM.</p>	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ferramentas de comunicação utilizadas atualizadas.
	A.2. Atualização anual da página web do SIC e dos portais dos Ministérios de Educação com a incorporação de conteúdos sobre a integração regional e os sistemas educacionais.	<p>A.2.1. Efetuar um levantamento sobre conteúdos existentes relativos à integração regional.</p> <p>A.2.2. Promover a produção de materiais sobre história do MERCOSUL para difusão nos sistemas educacionais.</p>	2011	<ul style="list-style-type: none"> ■ Levantamento de conteúdos existentes sobre a integração regional concluído. ■ Material sobre a história MERCOSUL produzido e difundido.
			2012	

A.3. Produção de conteúdos sobre integração regional para a difusão nos sistemas educacionais.	A.3.1. Articular com outros Setores do MERCOSUL, em especial com o Setor Cultural, para a difusão dos materiais existentes sobre o tema.	2011 – 2014	■ Trabalhos sobre integração divulgados.	
	A.3.2. Realizar concurso sobre recursos educacionais em linha, sobre integração regional e os sistemas educacionais.	2013	■ Concurso realizado.	
A.4. Produção de informação sobre a problemática educacional e seu impacto sobre a integração regional.	A.4.1. Articular com as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa a realização de uma pesquisa sobre os assuntos e temas relevantes a serem analisados no âmbito do MERCOSUL.	2012-2013	■ Pesquisa sobre os assuntos e temas relevantes realizada.	
	A.4.2. Promover encontros nacionais e um regional para troca de experiências sobre o desenvolvimento dos assuntos e problemáticas identificadas.	2013 - 2015	■ Encontros nacionais e regionais realizados.	
	A.4.3. Coordenar a elaboração e sistematização de documentos a partir de pesquisas e de encontros que possam servir de insumos para os países.	2015	■ Documentos sistematizados.	
Comitê Assessor de Políticas Lingüísticas				
B. Promover e difundir ações com à respeito diversidade lingüística sistemas educacionais países.	B.1. Realização de pelo menos um seminário para a regional reconceitualizar a noção e nos a definição de status das línguas no contexto dos regional, para tratar a diversidade lingüística e cultural no âmbito educacional.	2012	■ Convocatória publicada.	
	B.1.1. Elaborar e publicar a convocatória para a apresentação de trabalhos.	2013	■ Seminário realizado.	
	B.1.2. Realizar o Seminário Regional "Educação, línguas e integração".	2014	■ Relatoria do seminário publicada.	
	B.1.3. Difundir os resultados do Seminário Regional.			

<p>B.2. Organização de eventos para promover a conscientização acerca da diversidade lingüística e cultural nos sistemas educacionais dos países da região.</p>	<p>B.2.1. Articular com outras instâncias do SEM para gerar espaços de trabalho conjunto nesta temática.</p>	<p>2011-2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços de trabalho conjunto gerados.
	<p>B.2.2. Selecionar e/ou criar instrumentos que permitam mapear e descrever experiências educacionais relacionadas com a temática das línguas e das culturas.</p>	<p>2012</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Repertórios de instrumentos selecionados e/ou criados.
	<p>B.2.3. Publicar a convocatória para a apresentação de experiências na gestão educacional da diversidade lingüística e cultural.</p>	<p>2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convocatória publicada.
	<p>B.2.4. Realizar uma exposição virtual "As línguas nos sistemas educacionais" no âmbito do MERCOSUL destinada a promover experiências inovadoras de ensino e aprendizagem das línguas nos sistemas educacionais nos contextos de diversidade.</p>	<p>2014</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exposição virtual realizada (arquivo de experiências instalado).
	<p>B.2.5. Realizar seminário interno do SEM sobre educação na diversidade lingüística e cultural com representantes dos GTs ou outras instâncias.</p>	<p>2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seminário interno realizado e relatoria publicada.
<p>B.3. Instalação de um fórum de debate na comunidade educacional</p>	<p>B.3.1. Inventariar meios e espaços de divulgação das comunidades educacionais e dos países da região.</p>	<p>2011-2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fórum instalado.

*J. P. G.
F.D.G.*

<p>sobre as problemáticas da diversidade lingüística e cultural.</p> <p><i>D. M. J.</i></p>	<p>B.3.2. Organizar e difundir eventos relacionados com a temática da diversidade lingüísticas e cultural.</p> <p>B.3.3. Organizar e participar nos espaços de difusão e tratamento da problemática da diversidade e suas implicações educacionais.</p> <p>B.3.4. Difundir os resultados das ações relacionadas com a gestão da diversidade lingüística e cultural nas comunidades educacionais dos países da região.</p> <p>C. Comité Gestor del Sistema de Información y Comunicación – CGSIC</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="699 92 1275 1617">C.1. Manutenção e atualização constante da página do SIC.</th><th data-bbox="699 1617 1275 1617">C.1.1. Publicar os documentos oficiais produzidos pelas instâncias correspondentes.</th><th data-bbox="699 1617 1275 1617">C.1.2. Divulgar todos os projetos elaborados pelas diferentes instâncias.</th><th data-bbox="699 1617 1275 1617">C.1.3. Publicar notícias, boletins, resumos, normativas, entre outros documentos de âmbito nacional.</th><th data-bbox="699 1617 1275 1617">C.2.1. Divulgar a página web em páginas setoriais do MERCOSUL e oficiais dos países membros e associados.</th><th data-bbox="699 1617 1275 1617">C.2. Difusão da página web e fomento de seu uso como ambiente de trabalho virtual dos grupos e comissões do SEM.</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="699 1617 1275 1617">O CGSIC como instância de difusão das ações desenvolvidas pelo Setor Educacional do MERCOSUL e como mecanismo de comunicação e monitoramento mesmo.</td><td data-bbox="699 1617 1275 1617">2011-2015</td><td data-bbox="699 1617 1275 1617">■ Documentos atualizados e disponíveis na página web.</td><td data-bbox="699 1617 1275 1617">2011-2015</td><td data-bbox="699 1617 1275 1617">■ Documentos atualizados e disponíveis na página web.</td><td data-bbox="699 1617 1275 1617">2011-2015</td></tr> </tbody> </table>	C.1. Manutenção e atualização constante da página do SIC.	C.1.1. Publicar os documentos oficiais produzidos pelas instâncias correspondentes.	C.1.2. Divulgar todos os projetos elaborados pelas diferentes instâncias.	C.1.3. Publicar notícias, boletins, resumos, normativas, entre outros documentos de âmbito nacional.	C.2.1. Divulgar a página web em páginas setoriais do MERCOSUL e oficiais dos países membros e associados.	C.2. Difusão da página web e fomento de seu uso como ambiente de trabalho virtual dos grupos e comissões do SEM.	O CGSIC como instância de difusão das ações desenvolvidas pelo Setor Educacional do MERCOSUL e como mecanismo de comunicação e monitoramento mesmo.	2011-2015	■ Documentos atualizados e disponíveis na página web.	2011-2015	■ Documentos atualizados e disponíveis na página web.	2011-2015
C.1. Manutenção e atualização constante da página do SIC.	C.1.1. Publicar os documentos oficiais produzidos pelas instâncias correspondentes.	C.1.2. Divulgar todos os projetos elaborados pelas diferentes instâncias.	C.1.3. Publicar notícias, boletins, resumos, normativas, entre outros documentos de âmbito nacional.	C.2.1. Divulgar a página web em páginas setoriais do MERCOSUL e oficiais dos países membros e associados.	C.2. Difusão da página web e fomento de seu uso como ambiente de trabalho virtual dos grupos e comissões do SEM.								
O CGSIC como instância de difusão das ações desenvolvidas pelo Setor Educacional do MERCOSUL e como mecanismo de comunicação e monitoramento mesmo.	2011-2015	■ Documentos atualizados e disponíveis na página web.	2011-2015	■ Documentos atualizados e disponíveis na página web.	2011-2015								

	C.2.2. Elaborar Boletins Informativos e enviá-los aos organismos vinculados com temas educacionais.	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Boletins de difusão da página web e enviados aos organismos relacionados a temas educacionais.
	C.2.3. Criar ferramentas de comunicação para usuários internos de acordo com a demanda.	2011	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ferramentas de comunicação disponíveis para uso.
	C.2.4. Capacitar as comissões e grupos para uso do SIC como ambiente de trabalho virtual.	2011 - 2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Seminários e cursos de capacitação realizados.
	C.2.5. Acompanhar e assessorar o CCR acerca dos mecanismos de funcionamento do SIC.	2011 - 2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Assessoramento técnico realizado.
	C.2.6. Participar da escolha do sistema de monitoramento e avaliação, das funcionalidades e objetivos de sua aplicação.	2012	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sistema de monitoramento e avaliação, selecionado.
	C.2.7. Fortalecer os canais de comunicação do SIC com as demais instâncias do SEM.	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Canais de comunicação estabelecidos e funcionando.
	C.3. Desenvolvimento de Banco de Dados sobre Terminológicos Educação.	2011 - 2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Banco de Dados Terminológicos sobre educação criado e disponível.


F.D. M

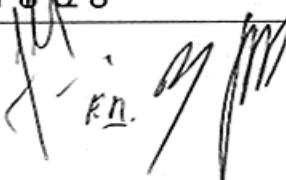
C.3.2. Dar continuidade à análise de termos para a ampliação da base terminológica de acordo com os requerimentos das diferentes comissões ou grupos do SEM, bem como às necessidades identificadas pelo próprio grupo.	C.3.3. Integrar o sistema TEMA TRES a outros sistemas com bases de dados terminológicos educacionais, respeitando suas particularidades a partir de termos harmonizados pelo GT de Terminologia e de termos já estruturados.	2011 - 2012	■ Sistema TEMA TRES integrado.	
C.4. Capacitação de quadros de profissionais dos países da região na área de terminologia.	C.4.1. Identificar especialistas em terminologia de diferentes países a fim de estabelecer uma rede de especialistas na área. C.4.2. Realizar cursos itinerantes de terminologia em cada país do MERCOSUL.	2012 2012 - 2015	■ Rede especialistas de terminologia estabelecida. ■ Cursos itinerantes de terminologia realizados.	
Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica - CRC EB				
A. Fortalecer a organização institucional para a gestão democrática da escola pública, garantindo a participação de todos os atores envolvidos	A.1. Socialização e elaboração de material para promover a institucionalização dos órgãos que participam da vida escolar, a formação para a participação de todos os atores envolvidos	A.1.1. Promover a implementação e fortalecimento dos órgãos de participação escolar com modelo definido por cada país, com princípios orientadores comuns. A.1.2. Realizar encontro para socializar as experiências de participação nos órgãos colegiados escolares.	2011-2015 2012	■ Órgãos de participação fortalecidos. ■ Encontro realizado.

F.N. M

<p style="text-align: right;">302</p> <p><u>na vida escolar.</u></p> <p><u>✓</u></p> <p><u>F.N.Y</u></p>	<p>A.1.3 Socializar e elaborar material para formação e fortalecimento da gestão participativa e democrática na escola.</p>	<p>2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Material sobre a formação e fortalecimento da gestão participativa democrática elaborado e disponibilizado na página web do SEM.
	<p>A.1.4 Socializar, entre os países do MERCOSUL, experiências exitosas e material sobre o tema vínculo escola-família-comunidade.</p>	<p>2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intercâmbio de experiências exitosas para o fortalecimento do vínculo escola-família-comunidade realizado.
	<p>B. Fortalecer mecanismos de participação dos jovens no processo de promoção da cidadania regional.</p>	<p>B.1. Elaboração de um projeto multinacional que fortaleça mecanismos de participação de jovens no processo de promoção da cidadania regional.</p>	<p>B.1.1. Identificar, em cada país membro e associado, boas práticas educacionais relacionadas à inserção dos jovens estudantes na promoção da cidadania regional.</p> <p>B.1.2. Constituir grupos de trabalho nacionais para propor ações regionais de promoção do intercâmbio de boas práticas entre os jovens.</p> <p>B.1.3. Acordar, elaborar e implementar projeto multinacional para o desenvolvimento de práticas que fortaleçam mecanismos de participação dos jovens no processo de promoção da cidadania regional.</p>

B.2. Institucionalizar o Concurso Anual Histórico-Literário "Caminhos do MERCOSUL" como uma estratégia e ferramenta visível de integração regional desenvolvimento da cidadania dos jovens.	B.2.1. Promover e garantir a realização do Concurso Anual Histórico-Literário "Caminhos do MERCOSUL".	2011-2015	■ Concurso Anual Histórico-Literário "Caminhos do MERCOSUL" institucionalizado.	
B.3. Institucionalizar o Parlamento Juvenil do MERCOSUL.	B.3.1. Elaborar proposta de regulamento do Parlamento Juvenil do MERCOSUL.	2012	■ Proposta de regulamento elaborada e aprovada.	
C. Consolidar as escolas interculturais de fronteira como uma política dos Ministérios de Educação dos países membros e associados do MERCOSUL.	C.1. Institucionalização do projeto Interculturais de Fronteira no âmbito de cada Ministério (ou instância equivalente) dos países participantes.	2011	■ Programa incorporado às ações Ministérios.	
D. Definir orientações que estabeleçam diretrizes gerais do desenvolvimento do programa e consolidá-lo como um programa do SEM.	D.1. Reformulação do Programa Interculturais Bilingues de Fronteira para atender outras áreas de fronteiras, incorporando temáticas e de integração que não se limitem ao bilingüismo.	2011	■ Documento Multilateral elaborado.	Marco
	D.1.1. Sistematizar os conteúdos do documento bilateral anterior.	2011		
	D.1.2. Coordenar e acordar linhas gerais do Programa.	2012		
	D.1.3. Publicar o documento multilateral.	2012		
	D.1.4. Realizar um diagnóstico sociolíngüístico nas escolas participantes, em conjunto com referentes de políticas lingüísticas.	2013- 2014	■ Diagnóstico dados sociolíngüísticos realizados.	

X
T.D.M.

<p>E. Definir estratégias e metodologias próprias de avaliação do Programa.</p> <p>RN:</p> 	<p>E.1. Elaboração de instrumentos e mecanismos próprios de avaliação do programa.</p>	<p>E.1.1. Criar instrumentos de avaliação e monitoramento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Instrumentos e mecanismos próprios de avaliação do programa elaborados. ■ Avaliação do programa realizada. 	2011	<ul style="list-style-type: none"> ■ Instrumentos e mecanismos próprios de avaliação do programa elaborados. ■ Avaliação do programa realizada.
		<p>E.1.2. Formalizar o apoio ao programa por meio de instrumentos específicos, nos casos que sejam necessários.</p>	2012-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Acordos/convênios assinados.
		<p>E.1.3. Definir estratégias de articulação interna de cada país.</p>	2012	
		<p>E.1.4. Realizar reuniões bilaterais ou multilaterais técnicas de planejamento, avaliação e monitoramento.</p>	2012-2015	
		<p>E.1.5. Realizar seminários para intercâmbio de experiências e estudos conjuntos.</p>	2012-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Experiências publicadas.
		<p>E.1.6. Publicar relatos, experiências e estudos realizados no âmbito do programa.</p>	2015	
Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica - CRC ET				
<p>A. Fortalecer a integração regional entre os países do MERCOSUL a partir de estratégias e ações concretas nas regiões de fronteiras com as instituições de Educação Profissional e</p>	<p>A.1. Desenvolvimento de cursos e/ou escolas binacionais em zonas de fronteira, de forma a estimular a integração entre as instituições de EPT.</p>	<p>A.1.1. Elaborar um instrumento normativo que, com base na legislação existente em cada país, contribua para a sua instalação e desenvolvimento.</p>	2012	<ul style="list-style-type: none"> ■ Documento elaborado.
		<p>A.1.2. Desenvolver parâmetros curriculares, pedagógicos e de normas técnicas orientadoras para elaboração de propostas de cursos ou escolas binacionais.</p>		<ul style="list-style-type: none"> ■ Reuniões técnicas entre as instituições para o desenvolvimento das escolas de fronteira realizadas.

Tecnológico (EPT).	A.1.3. Identificar as áreas temáticas prioritárias para o desenvolvimento de experiências em zonas de fronteira, a partir da realidade local.		■ Áreas prioritárias identificadas
	A.1.4. Implementar cursos e/ou escolas binacionais nas regiões de fronteira.	2015	■ Cursos e/ou Escolas Binacionais implantados nas regiões de fronteira.
	A.2. Geração e sistematização do conhecimento acerca de questões vinculadas à "educação e trabalho" em zonas de fronteira.	A.2.1. Instalar grupos técnicos a fim de coletar informações acerca de questões vinculadas a "educação e trabalho" em zonas de fronteira.	2013 ■ Estudos realizados.
		A.2.2. Elaborar informes acerca das prospecções do mundo produtivo a fim de subsidiar a formulação de políticas de educação técnica.	2014 ■ Informes elaborados.
Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente - CRC FD			
A. Incentivar ações de formação docente / multiplicadores para a integração regional.	A.1. Realização de dois seminários regionais sobre formação docente direcionada à integração regional.	A.1.1. Realizar cursos de formação de formadores direcionados à integração regional.	2011-2013 ■ Docentes capacitados.
	A.2. Elaboração de um plano de ação para formação continuada.	A.2.1. Identificar boas práticas para difusão, bem como propor novas atividades. A.2.2. Desenhar planos para formação continuada.	2012 ■ Experiência sistematizada y divulgada. 2013-2014 ■ Planos para formação continuada desenhados.

F.D.A

		A.2.3. Desenvolver materiais didáticos para a formação continuada do ensino das línguas, a serem publicados na página web do PASEM.	2015	■ Materiais didáticos para a formação continua publicados na página web.	
B.	Fortalecer a política pública de educação diversidade desde uma perspectiva dos direitos humanos no âmbito MERCOSUL.	B.1. Elaboração de uma proposta de política integrada desde a perspectiva inclusiva em todos os países membros e associados do MERCOSUL.	B.1.1. Realizar um levantamento das políticas de educação na diversidade desenvolvidas pelos países do MERCOSUL.	2012	■ Levantamento das políticas de educação diversidade realizada.
			B.1.2. Harmonizar os conceitos referentes à educação na diversidade utilizados nos países do MERCOSUL, com ênfase em educação especial, educação indígena e afro-descendentes, por meio de seminários de consulta.	2013	■ Conceitos harmonizados.
			B.1.3. Realizar encontros presenciais ou virtuais para:	2011 - 2015	■ Sistematização das políticas educação para a diversidade desenvolvidas pelos países elaboradas.
<i>Jef Fernandes</i>			<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização de um documento sobre políticas educacionais na diversidade desenvolvida em cada país. • Sistematização de um documento contemplando as políticas educacionais de cada país em cumprimento à Convênio sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. • Sistematização de um documento contemplando as políticas educacionais de cada país em cumprimento ao Convênio 189 da 		

302

OIT para povos indígenas e à Declaração para povos indígenas das Nações Unidas.			
B.1.4. Publicação da sistematizada atualizada sobre as políticas educacionais na diversidade desenvolvidas em cada país.	informação sobre as diversidade	2015	■ Documentos elaborados e disponibilizados na plataforma virtual dos Ministérios de Educação dos países do MERCOSUL.
B.1.5. Realizar encontros virtuais ou presenciais para a revisão de critérios e indicadores de boas práticas, discutindo as temáticas da diversidade (direitos humanos, gênero, rural/urbana, indígena, étnico-racial, migrantes, descapacidades).	ou presenciais para a revisão de critérios e indicadores de boas práticas, discutindo as temáticas da diversidade (direitos humanos, gênero, rural/urbana, indígena, étnico-racial, migrantes, descapacidades).	2011-2015	■ Critérios e indicadores de boas práticas sobre as temáticas diversidade revisados, identificados e consensuados.
B.1.6. Socializar os construídos.	os indicadores	2015	■ Documento contendo indicadores publicado.
B.2. Incorporar no currículo e na formação de docentes a temática diversidade.	B.2.1. Inclusão da temática de diversidade nas ações de formação inicial e continuada de educadores e educadoras do SEM.	2012-2015	■ Temática de diversidade incluída em programas de formação docentes inicial e continuada.

B.3. Elaboração de um documento orientador para a construção de uma política regional de participação juvenil nas temáticas de diversidade.	B.3.1 Criar espaços de discussão que permitem a participação juvenil nas temáticas de diversidade.	2012	■ Orientações para a construção de uma política sobre a temática acordadas.	
A. Promover ações para identificar linhas de trabalho de interesse mútuo e ações a realizar com CRC-EB, CRC-ET e CRC-FD.	<p>A.1. Propor ações relevantes nas temáticas de interesse convergente.</p> <p>A.1.1. Identificar quais são os temas transversais a essas instâncias.</p> <p>A.1.2. Acordar linhas de trabalho conjunto.</p>	2014	<ul style="list-style-type: none"> ■ Documento elaborado ou atividade realizada (uma com cada instância). 	
B. Incrementar o vínculo da educação superior MERCOSUL com outras instâncias regionais.	<p>B.1. Promover instrumentos para a cooperação, em particular com outras instâncias regionais.</p> <p>B.1.1. Organizar encontros individuais com essas instâncias para apresentação de propostas de ações a serem desenvolvidas em parceria e com base em temas pontuais e experiências prévias de ambos.</p> <p>B.1.2. Elaborar e editar os instrumentos para a cooperação técnica, em conjunto com outras instâncias que tratem do assunto objeto do acordo.</p> <p>B.1.3. Promover publicação de relatos, experiências e estudos realizados no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica.</p>	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ações de cooperação realizadas em conjunto com novos acordos alcançados (ao menos 4). Uma instância por ano. ■ Instrumentos para a cooperação técnica elaborados. ■ Experiências e estudos realizados no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica publicados. 	

<p>C. Promover o conhecimento mútuo da história, das culturas e línguas da região por meio de projetos conjuntos.</p> <p><i>X T.M.P</i></p>	<p>C.1. Implementação de um programa educacional para a promoção do conhecimento mútuo da história, das culturas e línguas da região.</p>	<p>C.1.1. Implementar mobilidade nas áreas de estudo da história, das culturas e línguas da região.</p>	2013-2015	<ul style="list-style-type: none"> Mobilidade implementada.
	<p>C.1.2. Desenhar programa educacional específico para o estudo da história, das culturas e línguas da região, em conjunto com as demais instâncias do SEM que possam contribuir de forma pontual com a temática.</p>	2012-2013	<ul style="list-style-type: none"> Programa para o estudo da história, das culturas e línguas da região desenhado, acordado e publicado. 	
	<p>C.1.3. Acordar e publicar o programa para o estudo da história, das culturas e línguas da região.</p>	2013-2014		
	<p>C.1.4. Implementar projetos e acordos interinstitucionais resultantes dos programas desenhados.</p>	2015	<ul style="list-style-type: none"> Informes sobre os projetos desenvolvidos e acordos interinstitucionais firmados decorrência da implantação do programa promoção do conhecimento mútuo da história, das culturas e línguas da região publicados. 	

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	AÇÕES	PERÍODO	RESULTADOS
2. Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo.				
Comitê Coordenador Regional – CCR				
A. Promover a realização de programas que busquem educação de qualidade orientada à inclusão educacional para todos e todas.	<p>A.1. Intercâmbio de experiências que uma de educação de qualidade orientada à inclusão educacional para todos e todas.</p> <p>A.2. Coordenar o desenho de planos e programas de trabalho convergentes sobre as temáticas da infância e da educação inicial, bem como da educação de jovens e adultos, educação à distância, não-formal e educação ambiental.</p>	<p>A.1.1. Estabelecer redes virtuais para o intercâmbio de informação sobre estratégias nacionais de capacitação e formação continuada e programas de políticas socioeducativas.</p> <p>A.2.1. Propiciar espaços de análises e reflexões sobre as temáticas da primeira infância e da educação inicial, bem como da educação de jovens e adultos, educação à distância, não-formal e educação ambiental.</p> <p>A.2.2. Publicar os planos e programas de primeira infância em coordenação com as áreas técnicas responsáveis.</p>	2013 - 2015	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redes virtuais de informação implementadas. ▪ Espaços de reflexão e análises instalados. ▪ Planos e programas publicados.
B. Incentivar a vinculação do setor produtivo com a educação.	B.1. Levantamento de experiências de vinculação do setor produtivo com o educacional.	<p>B.1.1. Identificar programas desenvolvidos na região.</p> <p>B.1.2. Realizar um seminário sobre a temática das relações entre o setor produtivo e a educação no SEM.</p>	2011 - 2015	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento realizado. ▪ Seminário realizado.

<p>B.2. Identificação de mecanismos de vinculação entre a educação e o setor produtivo.</p> <p><i>F.D. -</i></p>	<p>B.2.1. Realizar encontros para o diálogo entre representantes do setor educacional e produtivo.</p> <p>C.1. Consolidação do processo de intercâmbio de boas práticas sobre o uso das TIC nos sistemas educacionais do MERCOSUL.</p> <p><i>F.D. -</i></p>	<p>C.1.1. Realizar levantamento sobre a utilização das TIC na região aproveitando iniciativas semelhantes, tais como a realizada no âmbito da UNASUL.</p> <p>C.1.2. Compartilhar recursos educacionais digitais, tais como os desenvolvidos pela Rede Virtual Internacional de Educação (RIVED).</p> <p>C.1.3. Promover cursos virtuais sobre o uso das TIC na educação.</p> <p>C.1.4. Promover a integração do SEM com outras redes educacionais que promovam o uso das TIC.</p>	<p>2012-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Dois seminários realizados e publicados. ■ Mecanismos de vinculação identificados. <p>2012</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Levantamento sobre o uso das TIC na região realizado. <p>2012</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Recursos educacionais digitais compartilhados. <p>2012-2014</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Cursos sobre o uso das TIC realizados. <p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ SEM integrado a outras redes educacionais que promovam o uso das TIC.
<p>A. Aprofundar as estratégias para garantir a igualdade de oportunidades de acesso, permanência</p> <p><i>F.D. -</i></p>	<p>A.1. Implementação de projetos pilotos de experiências inovadoras na região do MERCOSUL que promovam a</p>	<p>A.1.1. Instalar grupos de trabalhos para discussão e análises das inovações no formato e trajetória escolar para cada nível da educação obrigatória, segundo a faixa etária, contextos e interesses.</p>	<p>2011-2012</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Projetos pilotos acordados.

Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica – CRC EB

<p>A. Aprofundar as estratégias para garantir a igualdade de oportunidades de acesso, permanência</p>	<p>A.1. Implementação de projetos pilotos de experiências inovadoras na região do MERCOSUL que promovam a</p>	<p>A.1.1. Instalar grupos de trabalhos para discussão e análises das inovações no formato e trajetória escolar para cada nível da educação obrigatória, segundo a faixa etária, contextos e interesses.</p>	<p>2011-2012</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Projetos pilotos acordados.
--	--	--	--

<p>e conclusão com qualidade, em tempo das oportunidades, crianças e jovens nos sistemas de ensino da região do MERCOSUL.</p> <p><i>f.n. /</i></p>	<p>diversificação da oferta educacional da educação obrigatória.</p> <p><i>Y</i></p>	<p>A.1.2. Acordar, estruturar e implementar experiência inovadora na região do MERCOSUL, que integre princípios orientadores comuns e contemple as especificidades de cada país, preferencialmente na faixa etária de 12 a 17 anos.</p> <p>A.1.3. Avaliar os projetos experimentais implementados.</p>	<p>2013-2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Projetos pilotos implementados e avaliados.
	<p>A.2. Intercâmbio de experiências sobre as melhorias da aquisição da leitura e da escrita.</p>	<p>A.2.1. Realizar seminário regional para a socialização das experiências de todos os países da região do MERCOSUL nos processos de aquisição de leitura e escrita.</p> <p>A.2.2. Sistematizar os resultados do seminário regional.</p>	<p>2012</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Seminário regional realizado.
	<p>A.2.3. Realizar um estudo sobre os modelos pedagógicos e as diferentes experiências para que possam ser aplicadas na região do MERCOSUL.</p> <p>A.2.4. Desenvolver um modelo de avaliação que permita determinar o nível de aquisição da leitura e escrita.</p>	<p>2012</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Resultados do seminário sistematizados e publicados. 	
	<p>A.3. Intercâmbio de experiências com a finalidade de contribuir com a universalização da pré-escola e com a ampliação da atenção de 0 a 4 anos.</p>	<p>2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Estudo sobre os modelos e experiências publicado. 	
	<p>A.3.1. Monitorar o processo de incorporação da temática de educação inicial/infantil na agenda básica de cada país.</p> <p>A.3.2. Socializar os resultados dos Seminários sobre "Educação na Primeira Infância" realizados no Uruguai, Chile,</p>	<p>2011 - 2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Registro dos avanços de todos os países na atenção da educação inicial/infantil elaborado. 	
		<p>2012</p>		

		Paraguai e Brasil entre 2007 e 2009.	
A.3.3. Socializar a legislação de todos os países sobre educação na primeira infância.	2011		
A.3.4. Elaborar documento base sobre os princípios para a educação para a primeira infância no MERCOSUL.	2014	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documento básico sobre os princípios para a educação na primeira infância no MERCOSUL elaborado e publicado. 	
A.3.5. Promover o intercâmbio de boas práticas relacionadas à articulação entre educação na primeira infância e outros setores governamentais, de modo a promover a atenção integral das crianças.	2015	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intercâmbio de experiências realizado. 	
A.4. Identificação das condições oportunidades educacionais para as populações em situação de exclusão e vulnerabilidade social.		<p>A.4.1. Sistematizar, editar e divulgar materiais referentes a experiências educacionais que desenvolvam estratégias alternativas sobre os temas prioritários, boas práticas e lições aprendidas na educação inclusiva e para a diversidade: especial, étnica, rural, fronteira, jovens e adultos, entre outros.</p> <p>A.4.2. Articular ações com outros setores do SEM afins com a temática da meta proposta.</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Intercâmbio sobre as condições e oportunidades educacionais para as populações em situação de exclusão e vulnerabilidade social realizados. ▪ Materiais elaborados e divulgados.

T.B.

<p>B. Fortalecer as práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem a nível institucional e em sala de aula dos serviços educacionais da educação obrigatória da região do MERCOSUL.</p> <p style="text-align: right;">F.D.</p> <p style="text-align: right;"><i>[Signature]</i></p>	<p>B.1. Construção de critérios e indicadores de desenvolvimento curricular regionais que promovam a melhoria da formação docente inicial nas áreas básicas.</p>	<p>B.1.1. Articular com a CRC de Formação Docente a criação de um grupo específico de trabalho para a construção e aplicação de critérios e indicadores de desenvolvimento curricular para a formação de docentes.</p>	<p>2012-2013</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Grupo de trabalho criado e funcionando. ■ Critérios e indicadores de desenvolvimento curricular comuns discutidos e acordados. ■ Sistema de monitoramento do processo de implementação dos critérios e indicadores acordado e instalado em cada país. 	<p>B.1.2. Realizar um estudo qualitativo de práticas de ensino e processos de aprendizagem nas áreas de línguas, ciências e matemáticas.</p>	<p>2012-2014</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Conjunto de estratégias de acompanhamento dos docentes construído e disponibilizado aos países. 	<p>B.1.3. Apresentar experiências de cada país participante.</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Experiências socializadas.
	<p>B.2. Construção de critérios e indicadores regionais que promovam a melhoria da formação docente continuada nas áreas básicas.</p>	<p>B.2.1. e B.3.1. Articular com a CRC de Formação Docente e promover acordos sobre estratégias de acompanhamento dos docentes.</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Encontro anual entre CRC-IEB e CRC-FD. ■ Informação sistematizada, publicada e socializada. 				

B.3. Construção de critérios e indicadores de desenvolvimento curricular regionais que promovam a melhoria das práticas de ensino e dos processos de aprendizagem nas salas de aula.	B.4. Criação de critérios básicos para a avaliação das práticas de ensino, processos e avanços de aprendizagem como apporte ao modelo de avaliação regional.	B.4.1. Compor equipes técnicas de apoio para a sistematização de experiências, construção de critérios básicos que permitam cumprir as metas propostas.	2014 ■ Critérios básicos consensuados e incorporados ao modelo de avaliação da região.
B.5. Fortalecimento dos processos de inclusão pedagógica das tecnologias de informação e comunicação nas instituições educacionais da educação obrigatória, na formação docente e equipe de diretores e supervisores.	B.5.1. Socializar experiências da educação obrigatória e formação docente no uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação no sentido de garantir o direito a uma educação de qualidade. B.5.2. Apoiar estudos qualitativos sobre o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação para a melhoria do ensino e da aprendizagem.	2011-2015 ■ Fórum virtual de atualização socialização com experiências alunos e docentes implementado. ■ Estudos qualitativos publicados.	
C. Promover o ensino das línguas oficiais dos países MERCOSUL, apoiando iniciativas e propostas inovadoras.	C.1. Realização de um estudo da situação atual do ensino das línguas na região.	C.1.1. Realizar análise das condições que afetam o ensino das línguas na região, em coordenação com os demais grupos do SEM.	2013 ■ Análise realizada e resultados publicados.

✓
F.D.

Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica CRC ET

A. Desenvolver programas para a promoção de uma educação profissional e tecnológica como direito, resgatando o valor da diversidade e gerando oportunidades de qualidade social. F.N.Y	A.1. Criação de espaços para o debate sobre as particularidades da EPT e os desafios de uma formação docente com construção epistemológica, distinta da formação geral e que contemple o trabalho em contextos diversos.	A.1.1. Elaborar orientações para o desenvolvimento de linhas de formação de docentes em serviço nas instituições de EPT, que contemple o trabalho com populações em diversos contextos.	2012	■ Documento orientador, elaborado e difundido.
	A.1.2. Organizar eventos para o debate desses temas.	A.1.3. Articular ações com outros grupos do SEM de forma a considerar as especificidades da EPT na formação docente inicial.	2012-2013 2011-2015	■ Debates sobre as particularidades da EPT e os desafios de uma formação docente com uma construção epistemológica distinta da formação geral e que contempla o trabalho em diversos contextos realizados.
A.2. Definição de estratégias para a promoção de uma Educação Profissional e Tecnológica de qualidade para setores vulneráveis da população.	A.2.1. Elaborar um documento marco com princípios orientadores para a construção de políticas públicas inclusivas que promovam o acesso de setores vulneráveis da população à Educação Profissional e Tecnológica e no âmbito do MERCOSUL.	2013	■ Documento marco de princípios orientadores elaborado e difundido.	
	A.2.2. Executar projetos que promovam uma formação profissional e tecnológica de qualidade para populações vulneráveis.	2014	■ Projetos executados e socializados.	

	A.2.3. Promover encontros para apresentar, analisar e debater experiências de modelos pedagógicos sustentáveis, dirigidos a setores vulneráveis.	2014-2015	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encontro, intercâmbio e compilação de experiências realizados.
	A.3. Desenvolvimento de uma linha de pesquisa sobre os aportes da EPT à construção de estruturas cognitivas consideradas chaves para a aprendizagem ao longo da vida.	A.3.1. Articular a instalação de grupos de pesquisa que gerem conhecimento sobre a temática.	2012-2015 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupo de pesquisa instalado por meio de acordos e parcerias. ▪ Produtos da pesquisa elaborados e publicados.
Comissão Regional Coordenadora Formação Docente CRC FD			
	A.1. Elaboração de uma proposta de marco regulatório para a reconhecimento e acreditação regional da formação docente.	A.1.1. Realizar análise comparativa dos sistemas de formação docente dos países da região.	2012 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de marco regulatório para reconhecimento e acreditação regional da formação docente, elaborada e divulgada.
	B. Promover estudos com vistas a lograr o reconhecimento e a acreditação regional da formação docente.	A.1.2. Identificar os marcos administrativos e legais do exercício profissional docente. A.1.3. Desenvolver, em articulação com a CRC-ES, proposta de marco regulatório para reconhecimento e acreditação regional da formação docente.	2012-2015 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de marco regulatório para reconhecimento e acreditação regional da formação docente.
	B.1. Publicação de um relatório sobre práticas inovadoras e Tecnologias de Informação e	B.1.1. Identificar os temas comuns à região que serão objeto do estudo. B.1.2. Criar um repositório de experiências de boas práticas.	2011-2012 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Temas comuns identificados. ▪ Repositório criado.

		B.1.3. Publicar um informe a partir dessas experiências.	2013	■ Informe elaborado e divulgado.
C.	práticas inovadoras e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que promovam a inclusão social, o desenvolvimento humano e produtivo.	C.1. Promover de condições de acessibilidade, participação e aprendizagem dos estudantes em maior risco de exclusão dos sistemas educacionais dos países MERCOSUL.	C.1.1. Sensibilização e informação sobre o direito à educação nos países do MERCOSUL, com ênfase na educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, povos indígenas e afrodescendentes.	Elaborar uma proposta para 2012-2014 de campanha elaborada e entregue à CRC-FD.
		C.2. Intercâmbio de experiências sobre a promoção da acessibilidade, participação e aprendizagem dos estudantes necessidades educacionais nos sistemas	C.2.1. Realizar um seminário internacional sobre acessibilidade, participação e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais nos sistemas	■ Seminário internacional desenhado realizado.

		C.3. Formação conjunta de professores do MERCOSUL, sobre acessibilidade, participação e aprendizagem no âmbito educacional.	C.3.1. Implementar um banco de recursos metodológicos para a difusão de cursos de formação modular para professores sobre acessibilidade, participação e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais. C.3.2. Desenhar e implementar cursos de formação de professores, na modalidade à distância ou presencial, sobre o direito à educação nos países do MERCOSUL, com ênfase na educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, povos indígenas, afrodescendentes e migrantes.	2012-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Banco de recursos metodológicos elaborado, implementado e funcionando na página web. ■ Professores formados.
A. Fortalecer a formação docêncial universitária.	A.1. Realização de um encontro regional para compartilhar políticas de formação docente, seus logros e fortalezas.	A.1.1. Identificar, em cada país, as políticas que serão apresentadas no evento.	2011-2012	<ul style="list-style-type: none"> ■ Propostas consolidadas de políticas de formação docente, apresentadas. 	
		A.1.2. Selecionar experiências nacionais que demonstrem os resultados alcançados em virtudes de suas políticas sobre a formação de docentes para a educação superior.	2012-2013	<ul style="list-style-type: none"> ■ Difusão de boas práticas em formação docente na região realizada. 	
		A.1.3. Estruturar, no âmbito do SEM, encontro regional para compartilhar as políticas nacionais sobre a formação de docentes para a educação superior.	2013		

J. P. M.

		A.1.4. Realizar o I Encontro Regional sobre Formação de Docentes para a Educação Universitária pelos Países do MERCOSUL.	2014	■ Encontro realizado.
A.2. Implementação de programas de formação docente em nível de pós-graduação.		A.2.1. Desenhar projeto de pós-graduação para formação de docentes.	2014	■ Programa de formação de pós-graduação implementado.
		A.2.2. Formular proposta de política de formação docente.	2015	■ Proposta de política de formação docente formulada.
B. Promover a colaboração regional de experiências em educação à distância, com vistas a promover, a harmonizar e coordenar a EaD como uma forma de inclusão social e de democratização da educação superior no nível de graduação.		B.1.1. Produzir um informe sobre a situação da EaD na região.	2011-2012	■ Informe da situação e marco regulatório sobre a EaD produzido.
		B.1.2. Levantar e analisar normativas sobre reconhecimento, avaliação, acreditação e controle de qualidade da EaD nos países da região.	2012	■ Recomendações sobre normativa difundida nos países da região.
		B.1.3. Identificar práticas exitosas na implementação da EAD.	2013	■ Encontro regional para a difusão das boas práticas identificadas, realizado.
		B.1.4. Realizar um encontro regional para a difusão das boas práticas identificadas.		
		B.1.5. Desenhar um projeto para promover a Educação à Distância como forma de inclusão social e de democratização da Educação Superior no nível de Graduação.	2013	■ Projeto desenhado.
		B.1.6. Implementar o projeto.	2014	■ Projeto implementado.

*F.N.
M.*

C.	Fomentar a pesquisa sobre os vínculos entre as IES com os sistemas produtivos locais e regionais.	<p>C.1. Estudo e fomento dos vínculos entre a educação superior e os sistemas produtivos locais e regionais.</p> <p>C.1.1. Estimular, no âmbito do Núcleo de Estudos e Investigação na Educação Superior do MERCOSUL, a pesquisa sobre vinculação das IES e o setor produtivo.</p> <p>C.1.2. Articular com a RECYT para aprofundar estudo sobre a relação da Educação Superior e o setor produtivo.</p> <p>C.1.3. Organizar seminário sobre boas práticas nas relações entre IES e o setor produtivo.</p> <p>C.1.4. Desenhar um programa de fomento da vinculação entre a educação superior e o setor produtivo (prêmio a boas práticas / formação de trabalhadores / articulação de necessidades produtivas e capacidades instaladas).</p>	2012-2014
D.	Fortalecer o ARCUSUR.	<p>D.1. Fortalecimento e aprofundamento do ARCUSUL envolvendo um maior número de IES e de carreiras com o objetivo de melhoria da qualidade e o reconhecimento de títulos.</p>	2012-2015
E.	Promover políticas de qualidade na educação ao nível de pós-graduação.	<p>E.1. Promoção de políticas de qualidade na educação ao nível de pós-graduação.</p>	2012
		<p>C.1.1. Pesquisas do Núcleo produzidas e difundidas.</p> <p>C.1.2. Seminário regional realizado.</p> <p>C.1.3. Programa de fomento iniciado, com plano de atividades em execução.</p> <p>C.1.4. Convocatórias publicadas.</p> <p>D.1.1. Acordar, elaborar e publicar convocatórias para ampliação do número de carreiras que respondam ao objetivo de fomentar a circulação de profissionais, a partir do reconhecimento de títulos.</p> <p>D.1.2. Acordar, elaborar e publicar convocatórias para a inclusão de novas carreiras no intuito de tem todas as áreas do conhecimento representadas.</p> <p>E.1.1. Realizar intercâmbio de normativas e de boas práticas dos mecanismos nacionais de fortalecimento da qualidade na educação no nível de pós-graduação.</p> <p>E.1.2. Analisar as normativas nas especialidades médicas e seu impacto no</p>	32

J. F. M. 1914

325

F.3. Avaliação do sistema ARCUSUL com vistas à expansão e diversificação do mesmo. F.4. Gestão para a ratificação do Acordo 17/2008 nos países.	F.3.1. Realização de um seminário.	2011	<ul style="list-style-type: none"> ■ Seminário realizado. ■ Conclusão de avaliação publicada.
	F.3.2. Realizar, desenhar e implementar propostas de reforma do sistema.	2012	<ul style="list-style-type: none"> ■ Propostas de reforma implementadas.
F.4. Gestão para a ratificação do Acordo 17/2008 nos países.	F.4.1. Consultar em cada país a fim de internalizar a norma.	2011	<ul style="list-style-type: none"> ■ Gestões para a ratificação realizadas.
	F.4.2. Dar seguimento ao processo.	2011-2015	
G. Promover a atenção das novas áreas de intervenção a fim de contribuir com as políticas de qualidade em educação.	G.1. Integrar a temática da educação continuada ao debate da CRC-EB.	2013-2014	<ul style="list-style-type: none"> ■ Informes e recomendações sobre normativas producidas.
	G.1.2. Elaborar e implementar projeto de fomento e cooperação na área de educação continuada.	2013-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Projeto de fomento implementado.

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS	AÇÕES	PERÍODO	RESULTADOS
3. Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para a melhoria dos sistemas educacionais.				
Comitê Coordenador Regional – CCR				
A. Incentivar a formação de parceria com outros países, blocos e organismos para melhorar os sistemas educacionais.	A.1. Aumento da interação com outros países, blocos e organismos para promover o debate sobre a melhoria dos sistemas educacionais da região.	<p>A.1.1. Identificar possíveis parceiros para o desenvolvimento de projetos de cooperação com o SEM.</p> <p>A.1.2. Promover encontros para o intercâmbio de experiências de integração para a melhoria dos sistemas educacionais entre o SEM e outros países, blocos e organismos.</p>	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Parceiros para o desenvolvimento de projetos de cooperação solidária identificados. ■ Encontros para o intercâmbio de experiências de integração para a melhoria dos sistemas educacionais entre o SEM e outros países, blocos e organismos realizados.
Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação – CGSIC				
B. Contribuir para o monitoramento da situação quantitativa dos sistemas educacionais do SEM por meio de indicadores estatísticos	B.1. Publicação anual de atualização do produto consolidado indicadores comparáveis regionais.	<p>B.1.1. Manter, atualizar e desenvolver anualmente a Vitrine Estatística e seu Documento Metodológico, como documento técnico de indicadores de comparabilidade regional.</p> <p>B.1.2. Construir e manter indicadores de Tecnologia, Informação e Comunicação em educação.</p>	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vitrine Estatística e seu Documento Metodológico no sítio web do SEM, atualizados. ■ Publicação do SITEM (Sistema de Indicadores de TIC na

		B.1.3. Elaborar tabelas (formadoras da Vitrine Estatística) que contenham variáveis com maior nível de desagregação, conforme a disponibilidade nos diferentes países, contribuindo para seu constante desenvolvimento.	do educação MERCOSUL) atualizada.
C. comparáveis. <i>J</i>	C.1. Disseminação de novos produtos técnicos do grupo, resultantes de demandas próprias ou externas (provenientes do SEM, assim como de outros atores educacionais) no marco do SIC.	C.1.1. Elaborar e implementar, de acordo com a viabilidade, projetos específicos para cumprir com as demandas que envolvam a área de estatística educacional.	2011- 2015 ■ Novos indicadores educacionais de projetos específicos, tais como indicadores cartográficos, desenvolvidos.
C. estatisticamente à formulação de políticas públicas mais eficientes em educação para o MERCOSUL. <i>J</i>	C.1.2. Selecionar indicadores a serem trabalhados em temas específicos da área educacional, estudando diferentes formas de apresentação a los usuarios do SEM, com vistas a ampliar seu conhecimento e facilitar seu entendimento.	C.1.3. Colocar à disposição e fortalecer os canais de comunicação entre todas as instâncias do SEM, com o objetivo de apoiar o monitoramento e a avaliação das ações do mesmo.	
Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica - CRC EB	A.1. Seleção de pelo menos uma ação por país para o intercâmbio de experiências que promovendo a	A.1.1. Intercambiar experiências entre os países do MERCOSUL sobre as metodologias de integração, de promoção de políticas públicas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.	2013 ■ Experiências entre os países MERCOSUL catalogadas e divulgadas no SIC.

integração das políticas públicas.	fortalecimento de territórios sociais por meio da articulação entre as redes de proteção e promoção social	<p>A.2. Promocão de estratégias para gerar fundos destinados ao desenvolvimento e difusão de políticas regionais e integração setorial.</p> <p>A.2.1. Gestcionar o orçamento nacional de uma linha anual para a difusão de ações relacionadas à promoção e de políticas de integração.</p> <p>A.2.2. Construir mensagens e estratégias de comunicação para a promoção e difusão de políticas públicas.</p>	2011-2015
		<p>A.1.2. Incorporar na temática das reuniões da CRC-EB uma apresentação das experiências de cada país representante.</p>	■ Gestões realizadas.
Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente - CRC-FD			
A. Compartilhar experiências relativas ao acompanhamento e formação dos docentes recém-ingressos nos sistemas educativos.	<p>A.1. Realização de um seminário sobre o tema destinado aos diretores (gestores) públicos da área.</p> <p>A.1.1. Identificar as ações de cada país para o acompanhamento dos docentes recém-ingressos.</p> <p>A.1.2. Realizar o seminário previsto.</p> <p>A.1.3. Levantar alternativas de ações futuras sobre o tema.</p>	2011-2013	<p>■ Seminário realizado.</p> <p>■ Relatório-síntese das discussões realizadas publicado.</p>
Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior - CRC ES			
A. Fomentar o intercâmbio e cooperação solidária para o diagnóstico da realidade	<p>A.1. Identificação de pelo menos três áreas que sejam possíveis e desejáveis para acordar políticas educacionais</p> <p>A.1.1. Criar e elaborar um projeto ad hoc, no interior do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Superior, para identificar e sugerir forma de integrar as políticas educativas dos países</p>	2012-2013	<p>■ Informe final do projeto de informação diagnóstica difundido.</p>

327

educação superior na região.	entre os países e trabalhar os projetos ao menos em uma área.	<p>A.1.2. Criar e elaborar um programa, no interior do Núcleo de Estudo e Pesquisas em Educação Superior, com objetivo de integrar informação diagnóstica sobre a realidade da Educação Superior na região do MERCOSUL.</p> <p>A.1.3. Desenhar um projeto sobre a área identificada.</p>	<p>2014-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Proposta de uma política conjunta para a área identificada. ■ Projeto sobre a área identificada em execução. <p>2013-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Um projeto piloto de cooperação interinstitucional para incrementar as possibilidades de melhorar as capacidades das Instituições de Ensino Superior (IES) da região por meio de novas ações de cooperação que envolvam gestores acadêmicos e diretores universitários.
------------------------------	---	--	---

*F.M.M.
M.J.M.*

B. Incrementar as possibilidades de melhoria e capacidades institucionais das IES da região.	B.1. Implementação de ações de cooperação interinstitucional que envolvam gestores acadêmicos e diretores universitários.	B.1.1. Desenhar e implementar um projeto piloto de cooperação para gestores universitários diretores universitários.	2013-1015	■ Projeto piloto de cooperação para gestores e diretores universitários desenhado e implementado.	
	B.2. Criação de um banco de informações comuns dos países do MERCOSUL sobre seus sistemas de Educação Superior destinados ao uso dos agentes públicos, comunidades acadêmicas e sociedade em geral.	B.2.1. Articular com o GT Indicadores para determinar a forma da apresentação da informação. B.2.2. Coordenar com o CGSIC a sistematização da informação acerca dos temas mais importantes para os países e para a integração educativa.	2011-2015	■ Banco de informações criado e disponível no SIC.	
	B.3. Consolidação do Núcleo de Estudos e de Pesquisa em Educação Superior com o objetivo de incentivar as pesquisas específicas sobre educação superior nos países do MERCOSUL e de sua interface com a região e o resto do mundo.	B.3.1. Dar continuidade ao processo de implantação definitiva do Núcleo de Estudos e de Pesquisa em Educação Superior. B.3.2. Elaborar o marco normativo para o funcionamento do Núcleo. B.3.3. Acordar as áreas compreendidas nas pesquisas a serem realizadas. B.3.4. Elaborar um plano de ação para o Núcleo. B.3.5. Elaborar um plano de financiamento para o Núcleo.	2011-2015	■ Estrutura e gestão do Núcleo implementadas. ■ Plano de ação em execução.	

<p>B.4. Implementação de um programa de organização associativa de pós-graduação no marco do Sistema Integral de Fomento da Qualidade das Pós-graduações da região considerando as prioridades regionais.</p> <p><i>[Handwritten signature]</i></p>	<p>B.4.1. Identificar as prioridades temáticas de pós-graduação.</p>	<p>B.4.2. Elaborar e implementar programas no marco do Sistema Integral de Fomento da Qualidade das Pós-graduações da região que permitam o desenvolvimento de redes de cooperação acadêmica em pós-graduação.</p>	<p>2011-2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de cooperação de posgraduação em execução em todos os países que estejam envolvidos. ▪ Novas associações temáticas incorporadas e funcionando que inclua todos os países que aderirem aos programas implementados. 										
OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS	AÇÕES	PERÍODO	RESULTADOS										
<p>4. Promover e fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, estagiários, docentes, gestores, diretores e profissionais.</p> <p>Comitê Coordenador Regional – CCR</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="799 1596 871 1911"> <p>A. Promover ações que facilitem a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p> <p><i>[Handwritten signature]</i></p> </td> <td data-bbox="871 1596 942 1911"> <p>A.1. Identificação das dificuldades migratórias que criam obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p> </td> <td data-bbox="942 1596 1014 1911"> <p>A.1.1. Identificar as dificuldades migratórias que criam obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p> </td> <td data-bbox="1014 1596 1085 1911"> <p>2012-2015</p> </td> <td data-bbox="1085 1596 1306 1911"> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldades migratórias para a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL identificadas. ▪ Gestões realizadas. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="799 1911 871 1922"></td> <td data-bbox="871 1911 942 1922"></td> <td data-bbox="942 1911 1014 1922"> <p>A.1.2. Continuar realizando todas as gestões perante as instâncias pertinentes para superar os obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p> </td> <td data-bbox="1014 1911 1085 1922"></td> <td data-bbox="1085 1911 1306 1922"></td> </tr> </table>					<p>A. Promover ações que facilitem a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p> <p><i>[Handwritten signature]</i></p>	<p>A.1. Identificação das dificuldades migratórias que criam obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p>	<p>A.1.1. Identificar as dificuldades migratórias que criam obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p>	<p>2012-2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldades migratórias para a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL identificadas. ▪ Gestões realizadas. 			<p>A.1.2. Continuar realizando todas as gestões perante as instâncias pertinentes para superar os obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p>		
<p>A. Promover ações que facilitem a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p> <p><i>[Handwritten signature]</i></p>	<p>A.1. Identificação das dificuldades migratórias que criam obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p>	<p>A.1.1. Identificar as dificuldades migratórias que criam obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p>	<p>2012-2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldades migratórias para a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL identificadas. ▪ Gestões realizadas. 										
		<p>A.1.2. Continuar realizando todas as gestões perante as instâncias pertinentes para superar os obstáculos à mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.</p>												

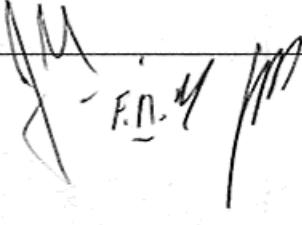
		A.2. Criação de instrumentos que facilitem a mobilidade de estudantes no âmbito do MERCOSUL.	A.2.1. Propor e articular soluções que facilitem a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL. A.2.2. Acordar convênios e programas que facilitem a mobilidade educacional no âmbito do MERCOSUL.	B.1. Publicação de um estudo sobre os efeitos da mobilidade nos sistemas educacionais do MERCOSUL.	B.1.1. Publicar uma convocatória para a apresentação de propostas de estudo. B.1.2. Selecionar propostas de pesquisa que respondam aos critérios da convocatória. B.1.3. Coordenar com os organismos/instituições competentes o desenvolvimento da pesquisa. B.1.4. Divulgar os resultados da pesquisa.	2014	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos elaborados. ▪ Acordos e/ou convênios aprovados. ▪ Convocatória publicada. ▪ Pesquisa realizada e resultados divulgados.
		A. Facilitar as condições de mobilidade dos estudantes de Educação Básica / Primária / Fundamental e Média / Secundária.	A.1. Atualizar a tabela de equivalência MERCOSUL de maneira permanente.	A.1.1. Revisar periodicamente a adequação da Tabela de Equivalência, com base nas mudanças nas legislações dos países do MERCOSUL. A.1.2. Incentivar a participação dos países membros e associados para a revisão periódica da tabela.		2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tabela de equivalência revisada periodicamente. ▪ Representantes dos países membros e associados convidados a participar das reuniões.
			Comissão Regional de Educação Básica - CRC EB				

	<p>A.1.3. Solicitar informe aos representantes sobre a atualização da tabela para sua posterior ratificação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informes de atualização de tabelas dos países disponíveis. 	
	<p>A.1.4. Harmonizar os mecanismos e procedimentos de aplicação da tabela de equivalência entre os níveis de Educação Básica / Primária / Fundamental, Médio / Secundário com a Educação Profissional e Tecnológica e de Jovens e Adultos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mecanismos e procedimentos de aplicação da tabela de equivalência harmonizados. 	
	<p>A.2. Negociação para uma tabela de equivalência ampliada com outros países.</p>	<p>A.2.1. Revisar a tabela ampliada com o Convênio Andrés Bello (CAB).</p> <p>A.2.2. Ampliar a tabela de equivalência para contemplar todos os países integrantes da UNASUL.</p> <p>A.2.3. Ampliar a tabela de equivalência para contemplar os países da Iberoamérica (OEI).</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação ativa dos representantes do MERCOSUL e da CAB. ▪ Tabela Equivalência ampliada.
	<p>A.3. Coordenação entre os escritórios de reconhecimento de estudos, compartilhando informações atualizadas.</p>	<p>A.3.1. Dar continuidade ao trabalho de atualização dos links dos Ministérios de Educação dos países.</p> <p>A.3.2. Informar os demais países as modificações dos sistemas educacionais e acordos bilaterais e multilaterais subscritos pelos países membros e associados.</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Links atualizados. ▪ Intercâmbio permanente de informações.
	<p>A.4. Recopilação e atualização das informações sobre acordos</p>	<p>A.4.1. Recompilar e publicar em forma impressa e digital os acordos educacionais bilaterais e multilaterais.</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acordos educacionais bilaterais e

F.D. M/

	<p>bilaterais e multilaterais entre os países membros e associados do MERCOSUL com terceiros países.</p> <p>A.4.2. Incorporar e manter atualizadas as informações no SIC e nas páginas web dos países.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ multilaterais publicados. ▪ Informações dos acordos educacionais bilaterais e multilaterais entre os países do MERCOSUL no formato digital do SIC nas páginas web dos países. ▪ Informação sobre reconhecimento de estudos publicada.
	<p>A.5. Promocão dos processos de simplificação dos trâmites técnicos e administrativos referentes aos reconhecimentos de estudos para favorecer a mobilidade na região.</p>	<p>A.5.1. Promover a simplificação das normas que regulem os processos de legalização da documentação escolar.</p> <p>A.5.2. Promover o desenvolvimento de padronização dos documentos requeridos nos processos de legalização da documentação escolar.</p>
	<p>A. Aprofundar a cooperação entre os países do MERCOSUL para contribuir com a melhoria da Educação Profissional e Tecnológica na região,</p>	<p>A.1. Criação de programas de mobilidade que comprendam os países membros e associados do MERCOSUL e estimulem o intercâmbio de experiências e práticas</p> <p>A.1.1. Organizar e fortalecer as redes educacionais de intercâmbio de informação e experiências educacionais.</p> <p>A.1.2. Promover o intercâmbio de profissionais, especialistas, gestores, docentes e estudantes para conhecer in loco os sistemas de educação</p>
	<p>Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica - CRC ET</p>	<p>2011-2015</p> <p>2011-2015</p> <p>2012-2015</p>
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta elaborada e divulgada. ▪ Proposta elaborada e divulgada.

				MERCOSUL criados.
por meio do intercâmbio acadêmico profissional de especialistas, gestores, docentes e estudantes.	do inovadoras.	profissional e tecnológica, boas práticas e ações inovadoras.		
		A.1.3. Desenvolver projetos para o intercâmbio de experiências pedagógicas em educação profissional e tecnológica.	2013	
		A.1.4. Criar uma revista virtual especializada para difundir informações atualizadas, trabalhos de pesquisa, projetos de inovação e outras iniciativas dos países da região no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.	2012	■ Revista virtual de Educação Profissional e Tecnológica MERCOSUL publicada.
Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente - CRC FD				
A. Desenhar um plano de mobilidade com o objetivo de desenvolver capacidades profissionais de educação – funcionários e diretores de centros de formação.	A.1. Desenho de um plano de mobilidade para o desenvolvimento das capacidades de gestão no setor educacional.	A.1.1. Realizar um encontro regional anual para o intercâmbio de experiências que permitam apoiar a elaboração do plano.	2011-2015	■ Encontros realizados.
	A.1.2. Desenvolver uma proposta de plano para o fortalecimento das capacidades de gestão.		2015	■ Plano de ação para o desenvolvimento das capacidades de gestão elaborado e divulgado.
Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior - CRC ES				
A. Fortalecer os programas de mobilidade no âmbito da educação superior.	A.1. Otimizar e expandir o Programa MARCA, melhorando os procedimentos de gestão e	A.1.1. Avaliar o desempenho dos mecanismos utilizados pelo Programa MARCA.	2011	■ Avaliação executada e propostas de ajustes implementadas.

<p>fortalecendo sua sustentabilidade.</p> <p></p>	<p>A.1.2. Aperfeiçoar os mecanismos de gestão do Programa MARCA.</p> <p>A.1.3. Elaborar um plano de financiamento do Programa MARCA para contribuir com a sua sustentabilidade.</p> <p>A.1.4. Aumentar o número de participantes em 100 por ano, otimizando a cobertura e o número de IES envolvidas.</p> <p>A.2. Organização de um sistema integrado de mobilidade articulando os diferentes programas existentes, que contem com apropriação pelas IES, com foco na cooperação e internacionalização.</p>	<p>2012</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Nova operativa e de gestão ■ de financiamento ■ e sustentabilidade ■ econômica ■ do Programa assegurada. <p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Número de participantes e instituições de ensino superior incrementado. <p>2013</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Regulamentação aprovada e sistema integrado em funcionamento. <p>2015</p> <p>2014</p> <p>2015</p>	<p>A.2.1. Classificar as atividades de mobilidade.</p> <p>A.2.2. Coordenar os programas existentes em um sistema integrado.</p> <p>A.2.3. Avaliar a relevância, viabilidade e as possíveis modalidades para incorporar aos sistemas de mobilidade de profissionais (educação continuada).</p> <p>A.2.4. Propor um regulamento marco para a mobilidade acadêmica.</p> <p>B.1. Implementação de mecanismos de reconhecimento de títulos aprovados ao menos em três carreiras acreditadas.</p> <p>B.1.1. Realizar seminários para difundir, debater e contribuir para a construção de um mecanismo de reconhecimento.</p> <p>B.1.2. Realizar seminários para o desenho da proposta de mecanismo de reconhecimento.</p> <p>2014</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Mecanismo regional de reconhecimento de títulos aprovado ao menos em três carreiras acreditadas. <p>2011-2012</p>
--	---	---	--

títulos de carreiras acreditadas. <i>F.D. M</i>	<p>B.1.3. Abordar os aspectos relativos ao exercício profissional específico para cada titulação, com o propósito de vincular o reconhecimento de títulos com a habilitação e a superação de assimetrias.</p> <p>B.1.4. Construir coletivamente um mecanismo regional para reconhecimento de títulos.</p> <p>B.1.5. Implementar um mecanismo de reconhecimento de títulos aprovado ao menos em três carreiras acreditadas.</p> <p>B.1.6. Avaliar o Sistema ARCUSUL e difundir seus resultados.</p> <p>B.1.7. Ampliar a acreditação de carreiras no Sistema ARCUSUL.</p>	2014 2015 2011 2012-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ ARCUSUL avaliado e resultados difundidos. ■ Novas carreiras acreditadas no Sistema ARCUSUL.
---	--	-----------------------------------	--

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS	AÇÕES	PERÍODO	RESULTADOS
5) Acordar políticas que articulem a educação como um processo de integração do MERCOSUL.				
Comitê Coordenador Regional – CCR				
A. Fortalecer os sistemas de comunicação no interior do SEM.	A.1. Ajuste do regulamento interno da nova estrutura orgânica do SEM.	A.1.1. Elaborar o fluxo de comunicação.	2011	<ul style="list-style-type: none"> ■ Fluxo de comunicação estabelecido e difundido.
A.2. Incorporação de mecanismos de comunicação interna entre as diversas instâncias do SEM.	<p>A.2.1. Regulamentar o fluxo de comunicação.</p> <p>A.2.2. Realizar o I Seminário Interno do SEM.</p>			<ul style="list-style-type: none"> ■ Normativas aprovadas. ■ I Seminário interno realizado.

336

SEM.	A.3. Difusão das atividades e dos resultados alcançados pelo SEM.	A.3.1. Utilizar o SIC como meio de armazenamento de informação e meio de comunicação do SEM.	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ferramentas de comunicação disponíveis no SIC. ■ SIC vinculado aos portais dos Ministérios de Educação e da Secretaria do MERCOSUL.
		A.3.2. Vincular o SIC com os portais dos Ministérios de Educação e com a Secretaria do MERCOSUL.		
A.4. Criação de um sistema de seguimento e monitoramento do desenvolvimento do plano quinquenal.	A.4.1. Selecionar e aprovar o modelo de seguimento e monitoramento a ser implementado.	2012	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sistema de seguimento e monitoramento criado e implementado. 	
	A.4.2. Difundir no interior das instâncias do SEM o modelo de seguimento e monitoramento a ser implementado no SEM.	2012		
A.5. Interação com outras instâncias do MERCOSUL.	A.4.3. Capacitar as instâncias do SEM na implementação do modelo de seguimento e monitoramento.	2012		
	A.4.4. Implementar o modelo de seguimento e monitoramento nas instâncias do SEM.	2013-2015		
	A.5.1. Prosseguir com a promoção das reuniões conjuntas com outras instâncias do MERCOSUL para trabalhar temas de interesse comum.	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Informes sobre a interação do SEM com outras instâncias do MERCOSUL divulgados (Saúde, Cultura, entre outros). ■ Participação dos Ministros de Educação 	
	A.5.2. Gestionar espaços de participação dos Ministros de Educação nas reuniões			

337

			em uma das reuniões do CMC garantida.	
		■ Acordos implementados.		
	A.5.3. Dar seguimento ao processo de internalização da norma MERCOSUL em matéria educacional em cada país.		■ Equipes nacionais do MERCOSUL formadas e capacitadas.	
	A.5.4. Formar e capacitar equipes nacionais dedicadas ao MERCOSUL Educacional em cada país, na utilização de critérios comuns e nos métodos estabelecidos pelo Setor.	2012		
	A.6. Vinculação das ações do SEM com o Parlamento do MERCOSUL e Comissões de Educação dos Parlamentos Nacionais.	A.6.1. Relacionar o SEM com o Parlamento do MERCOSUL, especialmente para o seguimento de projetos de lei vinculados ao Setor.	2011-2015 ■ Reuniões conjuntas SEM-Parlasul e Comissões de Educação dos Parlamentos Nacionais realizadas.	
	B. Consolidar a estrutura financeira do SEM para garantir os processos de integração.	B.1. Transformação do FEM em um fundo permanente do SEM.	B.1.1. Elaborar o regulamento de utilização econômico-financeira do Fundo para ser elevada aos Ministros. B.1.2. Elaborar um estudo de rentabilidade do fundo.	2011 ■ Regulamento elevado. 2012 ■ Estudo de rentabilidade elaborado.
		B.1.3. Realizar gestões nacionais para garantir o funcionamento do fundo permanente do SEM.	2011-2015 ■ Gestões realizadas.	
		B.1.4. Gestionar a adesão dos países associados e/ou de outras instâncias e organismos como participantes do Fundo do SEM.	2011-2015 ■ Gestões para a adesão ao fundo do SEM realizadas.	
	B.2. Elaboração de projetos para financiamento	B.2.1. Elaborar proposta de orçamento para execução do Plano de Ações do	2012 ■ Proposta orçamentária elaborada.	

328

das ações do SEM.	SEM.		
B.2.2. Priorizar anualmente as propostas que serão financiadas por fundos do SEM.	2012-2015	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorização de propostas que serão financiadas realizada. 	
B.2.3. Apresentar proposta de projeto para financiamento pelo FOCEM.		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto de financiamento pelo FOCEM apresentado. 	
B.2.4. Identificar os organismos internacionais e outras entidades e organismos e suas linhas de ação que possam financiar projetos do SEM.	2012	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Linhas de financiamento de projetos de organismos internacionais identificadas. 	
B.2.5. Acordar e elaborar propostas de financiamento a serem apresentadas aos organismos internacionais e/ou a outros organismos e entidades.	2012-2015	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Propostas financiadas. 	
C. Promover a criação da Secretaria Técnica Permanente do SEM.	às instâncias pertinentes de uma proposta de criação da Secretaria Técnica Permanente do SEM.	<p>C.1.1. Desenhar uma proposta orgânica e funcional de Secretaria Permanente do SEM.</p> <p>C.1.2. Gestionar com a Secretaria do MERCOSUL a instalação da secretaria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de criação da Secretaria Técnica Permanente do SEM desenhada e apresentada.
D. Fortalecer a interação do SEM com outros blocos e outros organismos internacionais.	e D.1. Coordenação e articulação de agendas com o Grupo de Trabalho Especializado de Educação da UNASUL, assim como com outros blocos, instâncias e organismos internacionais.	<p>D.1.1. Participar das reuniões da UNASUL e vice-versa.</p> <p>D.1.2. Coordenar agendas e cronogramas de reuniões.</p> <p>D.1.3. Realizar ações colaborativas com outros blocos, instâncias e organismos internacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões realizadas. ▪ Agendas acordadas. ▪ Ações colaborativas realizadas.

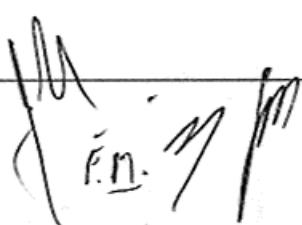
X
F.N.G

<p>E. Fortalecer a integração do SEM com a sociedade civil.</p> <p><i>F.D.Y</i></p>	<p>E.1. Coordenação das ações do SEM com a sociedade civil.</p>	<p>E.1.1. Realizar reuniões periódicas com o setor de educação das centrais sindicais.</p> <p>E.1.2. Realizar fóruns periódicos com organismos da sociedade civil.</p> <p>E.1.3. Acordar propostas de ações conjuntas com organismos da sociedade civil.</p>	<p>E.1.1. Realizar reuniões periódicas com o setor de educação das centrais sindicais.</p> <p>E.1.2. Realizar fóruns periódicos com organismos da sociedade civil.</p> <p>E.1.3. Acordar propostas de ações conjuntas com organismos da sociedade civil.</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões e fóruns realizados.
		<p>A.1. Ampliação da quantidade de escolas da rede para atender a todos os participantes.</p>	<p>A.1.1. Definir critérios de expansão em cada país.</p> <p>A.1.2. Definir estratégias de trabalho com as escolas que convivem com português, espanhol, guarani e outras línguas.</p> <p>A.1.3. Mapear todas as escolas estabelecidas em zonas de fronteira.</p> <p>A.1.4. Identificar as escolas potenciais para participar do programa, a partir de critérios definidos.</p>	<p>2011-2015</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Critérios definidos. ▪ Novas escolas incorporadas ao programa.
		<p>A.2. Construção de um referencial conceitual para uma educação profissional e tecnológica no marco das políticas públicas dos países do MERCOSUL.</p>	<p>A.2.1. Promover debates no âmbito da CRC-ET para estabelecer o marco referencial que reunirá os conceitos fundamentais.</p> <p>A.2.2. Realizar encontros presenciais ou virtuais para promover o debate do marco referencial.</p> <p>A.2.3. Publicar os resultados dos debates e encontros realizados.</p>	<p>2012</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Eventos realizados.
Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica - CRC EB				
<p>A. Fortalecer o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no marco das políticas públicas dos países do MERCOSUL.</p> <p><i>F.D.Y</i></p>	<p>A.1. Construção de um referencial conceitual para uma educação profissional e tecnológica pautada pelo compromisso com as transformações sociais e uma formação integral e cidadã.</p>	<p>A.1.1. Promover debates no âmbito da CRC-ET para estabelecer o marco referencial que reunirá os conceitos fundamentais.</p> <p>A.1.2. Realizar encontros presenciais ou virtuais para promover o debate do marco referencial.</p> <p>A.1.3. Publicar os resultados dos debates e encontros realizados.</p>	<p>2013</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Referencial conceitual publicado. 	<p>2014</p>

B.	a	B.1. Estabelecimento de diretrizes e procedimentos para a homologação de títulos de nível técnico não universitário e nível médio técnico na região.	B.1.1. Elaborar os critérios e parâmetros comuns relativos aos perfis profissionais e suas trajetórias de formação.	2012	■ Protocolo de homologação de títulos de educação técnica não universitária de nível médio elaborado e aprovado.
		B.1.2. Definir diretrizes e procedimentos que orientem o desenvolvimento do processo de homologação.	2014		
		B.1.3. Acordar a homologação de títulos em diversas áreas, em colaboração com a CTR.	2015		
C.	a	Facilitar a mobilidade estudantes de nível não universitário e nível médio técnico na região.	C.1. Atualizar o "Protocolo de Integração Educacional de Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico".	2013	■ "Protocolo de Integração Educacional de Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico" atualizado.
Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior - CRC ES					
A.	A.1. Apresentação de um plano de ação para difundir os resultados alcançados pela CRC-ES, por cada país membro.	A.1.1. Criar mecanismos de comunicação, interação e reunião mediante os quais os aportes emanados dos distintos atores possam ser incorporados aos processos de tomada de decisão.	2012	■ Plano de ação de difusão nacional para cada um dos países membros executado.	
		A.1.2. Utilização dos meios de comunicação mais apropriados para dar visibilidade ao processo de integração da Educação Superior.	2012-2015	■ Presença da educação superior nos meios de comunicação	

341

		incrementada.
A.1.3. Elaborar um plano nacional para a difusão dos resultados alcançados em educação superior.	2012	<ul style="list-style-type: none"> ■ Planos de ação nacional para a divulgação dos resultados alcançados em ES elaborados.
A.1.4. Favorecer ações que permitam harmonizar e complementar esforços para a integração na educação superior com diferentes países e lograr a adesão dos mesmos ao ARCUSUL..	2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> ■ Adesão de outros países ao ARCUSUL..


F.N. / M.

g. SEGUIMENTO E MONITORAMENTO

Para dar cumprimento aos objetivos e alinhamentos estratégicos definidos no presente plano é fundamental que seja implantado um sistema de monitoramento de metas e ações, baseado na disponibilidade e circulação permanente da informação e na comunicação entre as distintas comissões e o CCR.

É imprescindível que se realizem avaliações periódicas do Plano e das programações anuais previstas, para os quais se elaborarão instrumentos adequados de monitoramento com a colaboração do CGSIC. Nesse sentido, e tendo em conta a complexidade das diversas áreas que compõem o SEM, as instâncias deverão justificar, com base nos objetivos, ações e prazos estabelecidos no presente Plano, a necesid

*J.M.
F.N.Y*